

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	GM (Estado de São Paulo)
Data	28-30/6/2002 Pg 1
Class.	5

AMBIENTE

Nova lei ambiental causa polêmica

Ambientalistas defendiam proposta de Geraldo Alckmin, e não de substitutivo aprovado

Cláudia Marques
de São Paulo

A Assembléia Legislativa aprovou ontem, em sessão extraordinária, o substitutivo nº 2, em forma de subemenda, para o Projeto de Lei 85/2002, que define novas exigências para as áreas de proteção dos mananciais, encaminhado pelo governador Geraldo Alckmin.

As alterações sugeridas pelos deputados Ricardo Tripoli (PSDB) e Jorge Caruso (PMDB), em linhas gerais, prevêem mecanismos de compensação por meio da vinculação de áreas não contíguas, para os ocupantes de áreas de mananciais; a construção ou aquisição de unidades habitacionais para cada família desalojada das áreas ocupadas irregularmente; e a permissão da construção de clubes, hotéis, parques temáticos e outros empreendimentos de ocupação temporária dentro dos mananciais.

Para o deputado Duarte Nogueira, líder do Governo, o projeto define diretrizes que, em alguns anos, trarão melhoria para a população local, assegurando o equilíbrio ambiental. A opinião não é compartilhada pelos ambientalistas e especialistas em ecossistemas de mananciais.

"A aprovação desse substitutivo foi um desrespeito ao acordo feito entre a sociedade civil e o Executivo", afirma Marússia Whately, coordenadora adjunta do programa Mata Atlântica do Instituto Socioambiental (ISA). Desde maio de 2001 foram realizadas 61 audiências, com a participação de mais de sete mil pessoas de diferentes entidades ambientais, associações de moradores e da Secre-

taria Estadual do Meio Ambiente. "O próprio governador enviou o projeto que mantinha a questão da preservação das áreas de mananciais de acordo com as discussões realizadas", lembra Marússia.

Empreendimentos irregulares

Para João Paulo Capobianco, coordenador do programa Mata Atlântica do ISA, o projeto é irresponsável, pois abre perspectivas para novos empreendimentos irregulares — considerado pelo ambientalista um agravante para a situação dos mananciais. "O projeto do governador permitia a compensação para os empreendimentos irregulares existentes; o substitutivo

permite que novos empreendimentos irregulares sejam feitos."

Para os ambientalistas, o projeto não só estimula a ocupação, como não resolve a questão do adensamento de população de baixa renda com a ajuda da iniciativa privada. "Que empreendedor optará por fazer a compensação ambiental de uma área ocupada e ter que construir conjunto habitacional, se pode escolher uma área desocupada?", pergunta Capobianco. Segundo Marússia, a aprovação da lei de proteção era apenas o primeiro passo para a garantia da qualidade da água da Região Metropolitana, mas a aprovação desse substitutivo "leva a estaca zero mais de quatro anos de negociações."

Para os ambientalistas, existem projetos mais expressivos e eficientes para a preservação das áreas de mananciais, como as leis específicas de proteção e a lei de cobrança pelo uso da água que estão em tramitação na assembléia e não entram na agenda de votação.

Outra questão que preocupa os ambientalistas é a abertura dos empreendimentos turísticos na região — e sua possível valorização —, tendo em vista a construção do Rodoanel Sul. "É preciso lembrar que a água que abastece a Grande São Paulo, vem desses mananciais", conclui Marússia.

claudiamarques@gazetamercantil.com.br